

REGULAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA EMPREGADOS DA SPTRANS E SEUS DEPENDENTES.**CAPÍTULO I – DO OBJETO**

1.1. Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento intelectual dos seus empregados e familiares, a **SPTrans** pretende credenciar Instituições de Ensino que se enquadrem aos termos deste Regulamento e que ministrem Cursos e Serviços em:

- 1.1.1.** Berçário
- 1.1.2.** Educação Infantil
- 1.1.3.** Ensino Fundamental
- 1.1.4.** Ensino Médio
- 1.1.5.** Supletivo (Ensinos Fundamental e/ou Médio)
- 1.1.6.** Ensino Técnico e Seqüencial
- 1.1.7.** Ensino Superior (Graduação)
- 1.1.8.** Especialização e Pós-Graduação (Stricto Sensu e Lato Sensu)
- 1.1.9.** Cursos Técnicos de complementação de formação (a exemplo de informática, desenho, eletrônica, telecomunicação etc.)
- 1.1.10.** Cursos de Idiomas
- 1.1.11.** Cursos preparatórios para vestibulares.

1.2. A **SPTrans**, atualmente, tem em seu quadro de pessoal cerca de 1900 empregados. Os dependentes destes somam cerca de 2800 familiares, que totalizam aproximadamente 4600 eventuais beneficiários para o presente credenciamento.

1.2.1. Consideram-se dependentes dos empregados os familiares cadastrados na **SPTrans**.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente serão admitidas a participar deste procedimento, empresas nacionais ou estrangeiras, sediadas no Brasil, que apresentarem a documentação exigida no Capítulo IV deste Regulamento e objeto social contemplando atividades como: Instituições de Ensino / Sociedades Educacionais/ de Ensino, Fundações Educacionais / de Ensino desde que ligadas diretamente à atividade de Ensino.

2.2. As Instituições interessadas poderão a qualquer tempo se credenciar (ou se descredenciar), desde que atendidas as exigências do presente Regulamento.

- 2.3. As Instituições de Ensino deverão oferecer como vantagem, no mínimo de **10% (dez por cento) de desconto**, sobre o valor da matrícula e das mensalidades, dos cursos e serviços oferecidos.
- 2.4. Não serão admitidas transferências a terceiros, sequer parcial, nem subcontratação.
- 2.5. Não serão admitidos consórcios.

CAPÍTULO III – DAS INSTRUÇÕES ÀS PARTICIPANTES

- 3.1. As instituições interessadas deverão encaminhar à Rua Boa Vista, 136 – 4º andar – Centro – São Paulo –SP, perante a Comissão Permanente de Licitações – CPL da SPTrans, **a proposta de desconto e toda a documentação para credenciamento** exigida no Capítulo IV desse Regulamento.
- 3.2. Os documentos para credenciamento e habilitação deverão ser apresentados, preferencialmente, na seqüência descrita neste Regulamento em uma única via, com as folhas numeradas seqüencialmente, a partir do número 01 (um) e sem folhas soltas, sendo que a primeira folha será o seu índice. Toda documentação apresentada deverá estar em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO

- 4.1. A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** referente às Instituições de Ensino candidatas ao credenciamento deverão consistir no seguinte:
 - 4.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, apresentados na forma da lei, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
 - 4.1.1.1. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 4.2. De acordo com respectivo ramo de atuação de cada instituição os documentos da **Habilitação Jurídica** deverão também consignar:
 - 4.2.1. **Berçário, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivos, Ensino Técnico**
 - 4.2.1.1. Registro da publicação em Diário Oficial da autorização e/ reconhecimento de funcionamento da instituição de ensino expedido pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo. (cópia autenticada);

4.2.1.2. Registro de autorização e/ ou Publicação no Diário Oficial do (s) curso (s) ministrados pela instituição de ensino da última atualização (cópia autenticada).

4.2.2. Ensino Superior (Graduação), Especialização e Pós-Graduação

4.2.2.1. Portaria de autorização de funcionamento do(s) Curso(s) expedida pelo MEC, ou protocolo de requerimento de autorização atualizado (cópia autenticada);

4.2.2.2. Registro da publicação em Diário Oficial de Autorização do (s) curso (s) ministrada pela Instituição de Ensino. (cópia autenticada);

4.2.3. Cursos Técnicos e Cursos Livres de complementação de formação (Informática, desenho, eletrônica, telecomunicações, preparatórios para vestibulares, idiomas etc.)

4.2.3.1. Atestado(s) de Cursos Ministrados, fornecidos por empresas e/ou instituições clientes (cópia autenticada);

4.2.3.2. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

4.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

4.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

4.3.2. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata e recuperações judiciais e extrajudiciais, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio da pessoa física.

4.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal** consistirá em:

4.4.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)** do Ministério da Fazenda, com situação cadastral ativa;

4.4.2. **Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Unidade Administrativa da sede da interessada no Credenciamento.

4.4.3. **Certidão negativa de débitos referentes a tributos estaduais** expedidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da unidade administrativa da sede da interessada no Credenciamento.

4.4.4. **Certidão negativa de Débitos Tributários Mobiliários**, relativa à sede da interessada no Credenciamento.

4.4.4.1. Caso a interessada no Credenciamento não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo, deverá também apresentar Declaração, conforme **ANEXO III** – Modelo de Declaração da PMSF, firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com o objeto do Credenciamento.

4.4.5. Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

4.4.6. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (CND)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.5. Anexo II – Modelo de Declaração do Ministério do Trabalho, nos termos do Decreto Federal nº 4.358/02, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.6. Na análise da documentação de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações - CPL poderá admitir o saneamento de falhas, desde que os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 03 (três) dias, sob pena de inabilitação do participante.

4.7. Os documentos de habilitação deverão ter sido emitidos, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de entrega formal estabelecida no presente Regulamento, se outro prazo de validade dela não constar.

4.8. Os documentos solicitados neste Regulamento poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação pela Imprensa Oficial.

4.9. Serão consideradas habilitadas ao credenciamento as Instituições que apresentarem todos os documentos constantes neste Capítulo, em situação regular, e em conformidade com as exigências contidas neste Regulamento e demais legislação de regência.

CAPÍTULO V – DOS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

5.1. O envelope contendo a proposta de desconto e a documentação de habilitação para o Credenciamento deverá ser entregue na Gerência de Licitações e Contratos da **SPTrans**, na Rua Boa Vista, 136 – 4.º andar, São Paulo – SP, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações – CPL.

5.2. Para fins de Credenciamento, será examinada a exatidão da documentação solicitada pela **SPTrans**, conforme Capítulo IV e verificado o atendimento das exigências estabelecidas no Capítulo II deste Regulamento

- 5.3.** A Comissão analisará a documentação apresentada, comunicando o resultado, via fax, à interessada.
- 5.4.** Serão inabilitadas as interessadas que deixarem de atender ao disposto nos Capítulos II e IV deste Regulamento.
- 5.5.** Durante a preparação da proposta de desconto e da documentação de habilitação, as instituições interessadas, poderão fazer, por escrito, **consultas à SPTrans**, conforme definido a seguir:
- 5.5.1.** As consultas de esclarecimento deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitações - CPL da **SPTrans**, mediante protocolo, na Rua Boa Vista nº 136 – 4º andar/frente – São Paulo - SP ou por meio do fax número (11) 3112-1422, devidamente assinadas pelo representante legal da Instituição interessada.
- 5.5.2.** A **SPTrans** responderá, oficialmente, às consultas de Esclarecimentos.
- 5.5.3.** Os esclarecimentos serão disponibilizados pela **SPTrans** no site www.sptrans.com.br dentro do link “Licitações, sem indicar, porém, a interessada que as formulou.
- 5.5.4.** Será atribuído um número seqüencial, a partir do número 01, aos “Boletins de Esclarecimentos” e seu conteúdo será agregado ao Regulamento, como se nele transcrito.

CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS

- 6.1.** Qualquer interessada poderá recorrer da decisão referente à sua inabilitação no âmbito do presente Regulamento, devendo interpor recurso administrativo endereçado ao Diretor Presidente da **SPTrans**.
- 6.2.** O recurso deverá ser interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento do Fax mencionado no item 5.3.do presente Regulamento, perante a Comissão, que poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-la ao Diretor Presidente da **SPTrans**, devidamente informado.
- 6.3.** O resultado do julgamento do recurso eventualmente interposto será comunicado pela Comissão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de seu recebimento.

CAPÍTULO VII – DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 7.1.** As Instituições habilitadas, nos termos deste Regulamento, serão convocadas pela **SPTrans**, por escrito, a comparecer em data, local e hora indicada, para assinatura do respectivo Termo de Credenciamento.

7.1.1. O referido Termo de Credenciamento deverá ser assinado pelo (s) representante (s) das Instituições credenciadas, por adesão às condições estabelecidas no presente Regulamento de Credenciamento, em conformidade com a Resolução de Diretoria nº09/181, aprovada em 23/07/09.

7.2. Se qualquer das habilitadas deixarem de comparecer ou de observarem a exigência acima não serão credenciadas até que isso ocorra, desde que mantidas as condições de habilitação.

7.3. O indeferimento da habilitação, devidamente fundamentado, importa no não credenciamento da instituição interessada.

7.3.1. Tal indeferimento não impede que a Instituição que manifestar interesse no processo de credenciamento, reapresente os documentos vencidos para nova análise pela Comissão Permanente de Licitação.

CAPÍTULO VIII - DAS RESPONSABILIDADES E DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

8.1 Será de responsabilidade da Instituição de ensino enviar ao final de cada **semestre** à SPTrans a relação dos beneficiários, assim como na eventual rescisão ou denúncia do credenciamento, comunicar aos beneficiários, os prazos de manutenção para os cursos em andamento, de acordo com o item 9.1.

8.2 As interessadas que forem credenciadas, deverão manter durante a vigência do Termo de Credenciamento as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas neste Regulamento.

CAPÍTULO IX - DAS RESPONSABILIDADES E DAS OBRIGAÇÕES DA SPTrans.

9.1 Divulgar internamente e com freqüência para seus empregados, quais as instituições credenciadas e todas as informações compatíveis com a duração dos cursos, de forma a propiciar novas inscrições, bem como os dados relativos à(s) instituição (ões) de Ensino credenciada(s), nome da(s) Instituição (ões), curso (s) oferecido (s), duração e desconto(s) / vantagem (ns) oferecida (s).

9.2 A SPTrans não será responsável por quaisquer obrigações, inclusive financeiras, assumidas pela (s) *Instituição (ões)* ou pelo(s) *beneficiário(s)* decorrentes do uso de vantagens ou prerrogativas a eles outorgadas por este credenciamento.

9.2.1 A **SPTrans** não efetuará pagamento de qualquer remuneração às credenciadas.

9.3 A SPTrans não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pela(s) Instituição (ões), com terceiros, e nem por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de seus atos, ou de seus alunos, empregados, subordinados, prepostos ou contratantes.

- 9.4** A critério da SPTrans poderá ser feita visita para verificação das instalações das instituições credenciadas.
- 9.5** Comunicar às instituições credenciadas os beneficiários que não mais pertencem ao quadro de funcionários.

CAPÍTULO X – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

10.1 O Termo de Credenciamento poderá ser denunciado por quaisquer das partes, a qualquer momento, mediante comunicação escrita, e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que isso importe em direito à indenização de qualquer espécie ou natureza.

10.1.1 A credenciada reconhece que os valores de descontos em vigor, na ocasião do descredenciamento, serão mantidos até o final dos cursos ou serviços acordados.

10.2 O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

10.2.1. Consensualmente ou pelas partes unilateralmente, desde que manifestada sua intenção por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

10.2.2. A exclusivo critério da SPTrans, caso se verifique qualquer das ocorrências relacionadas a seguir:

10.2.2.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações da credenciada, decorrentes e na forma dos cursos propostos;

10.2.2.2 Denegação ou supressão das vantagens outorgadas aos *beneficiários* e decorrentes do credenciamento, sem justa causa;

10.2.2.3 Paralisação ou atraso injustificado dos cursos oferecidos aos *beneficiários*.

10.2.2.4 Dissolução ou decretação de falência da **Instituição**.

10.2.2.5 No caso de liquidação judicial ou extra-judicial, da **Instituição**.

10.2.2.6 Alteração do objeto social da **Instituição** que, comprovadamente e respeitada prévia defesa, prejudique o pleno cumprimento deste Instrumento ou impossibilite o oferecimento das vantagens ou dos cursos aos *beneficiários*.

10.2.3. Em caso de concordata da **Instituição** a **SPTrans** poderá, a seu critério, manter ou rescindir o termo de credenciamento.

CAPÍTULO XI - DO PRAZO E VIGÊNCIA

11.1. O Termo de Credenciamento terá o prazo de 60 (sessenta) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, em comum acordo entre as partes.

CAPÍTULO XII - DAS CONDIÇÕES DA CESSÃO DO BENEFÍCIO

12.1. As instituições de ensino terão credenciados os cursos para os quais estejam habilitadas, bem como aqueles que venham a ser implantados na sua vigência, de acordo com as disposições do Credenciamento, em especial o quanto segue:

12.1.1. Beneficiários são todos os empregados da São Paulo Transporte S/A – **SPTrans** e seus respectivos dependentes cadastrados na **SPTrans**.

12.1.2. Perderá o direito às vantagens decorrentes do credenciamento, o empregado que não mais fizer parte do quadro efetivo da **SPTrans** e/ou seus dependentes.

12.1.2.3. Caberá à instituição credenciada, a seu critério, avaliar sobre a manutenção dos descontos praticados.

12.1.3. Oferecimento de descontos serão devidos no(s) curso (s) ministrado (s) pela (s) instituição (ões) de ensino, independentemente do número de beneficiários inscritos no (s) curso (s) oferecido (s) pela credenciada.

12.1.4. Os descontos incidirão sobre os pagamentos devidos pelos empregados da **SPTrans** e pelos seus dependentes que se matricularem na vigência do *termo de credenciamento*, bem como os já inscritos ou cursando na data de celebração do citado termo.

12.1.5. O desconto será concedido mediante a apresentação de documento que comprove a condição de beneficiário, conforme subitem 12.1.1.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A participação no presente Credenciamento implica conhecimento, concordância e vinculação, pela interessada, às normas deste Regulamento e respectivo Termo de Credenciamento – **ANEXO I**, que o integra.

13.2. A **SPTrans** reserva-se o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desistir, revogar, adiar ou mesmo anular o presente Credenciamento, total ou parcialmente, sem que tal fato implique ou represente direito das interessadas de indenização, reembolso ou compensação de valores.

- 13.3.** A qualquer tempo a **SPTrans**, após a devida motivação e oferecendo oportunidade ao contraditório e a ampla defesa, poderá descredenciar ou mesmo não credenciar eventual interessada, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade e que comprometa sua capacidade administrativa, ou, ainda, que reduza sua capacidade de prestação dos serviços aos beneficiários objeto do presente Regulamento.

CAPÍTULO XIV– DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 14.1.** Integram o presente Regulamento para Credenciamento, tal como se nele estivessem transcritos:

- 14.1.1.** **ANEXO I** - Minuta do Termo de Credenciamento.
- 14.1.2.** **ANEXO II** - Modelo de Declaração de Regularidade do Ministério do Trabalho.
- 14.1.3.** **ANEXO III** – Modelo de Declaração da PMSP.

São Paulo, 27 de agosto de 2009.

Waldomiro Carlos Moreira
Presidente da Comissão Permanente de Licitações